

Rômulo de Paula Andrade<sup>1</sup> |

## Contribuições para um debate: a antropologia do desenvolvimento e a valorização econômica da Amazônia (1951-1955)

### RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de expor as contribuições teórico-metodológicas da chamada Antropologia do Desenvolvimento sobre o contexto político e econômico do mundo após a Segunda Guerra Mundial. Nos anos após 1945, os debates sobre as diferentes ideias e definições de “desenvolvimento” ocuparam de forma relevante a agenda acadêmica e política do período. Por meio do estudo das formulações de políticas de desenvolvimento para a região amazônica nos anos 1950, buscamos apresentar um breve exemplo da recepção das ideias sobre planejamento, desenvolvimento e subdesenvolvimento em locais considerados subdesenvolvidos pelos atores políticos daquele período.

### Palavras-chave

Desenvolvimento; Antropologia do desenvolvimento; Amazônia; spvea; Planejamento.

### ABSTRACT

*This article is aimed at bringing to the fore the theoretical-methodological contributions made by the so-called Anthropology of Development to the political and economic context of the world following the end of the Second World War. In the years following 1945, debate over different ideas and definitions relating to “development” was at the heart of the academic and political agenda of the period. By studying how development policies were formulated for the Amazonian region during the 1950s, this work hopes to provide a brief example of the receptivity to ideas, involving planning, development and underdevelopment in regions considered as underdeveloped, on the part of political actors at that time.*

### Keywords

*Development; Anthropology of Development; Amazonia; SPVEA; Planning.*

1. Pesquisador em história da saúde pública da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz e professor colaborador do Programa de Pós-graduação em história das ciências e da saúde. Possui doutorado em história das ciências pela mesma instituição.

## Introdução

Mais da metade da população do planeta vive em condições próximas da miséria. Sua alimentação é inadequada, ela é vítima da doença. (...) Pela primeira vez na história, a humanidade possui os conhecimentos e técnicas para mitigar o sofrimento destas pessoas (...) Eu acredito que nós devemos tornar disponíveis para os povos amantes da paz os benefícios do nosso acervo de conhecimentos técnicos de modo a auxiliá-los a realizar suas aspirações por uma vida melhor (...) Uma maior produção é a chave para a prosperidade e a paz. A chave para uma maior produção é a ampla e vigorosa aplicação do conhecimento científico e tecnológico moderno. Enganados por esta filosofia, muitos povos têm sacrificado suas liberdades (...). Essa falsa filosofia é o comunismo. (TRUMAN, 1949)

No discurso de posse em janeiro de 1949, Harry Truman deu início ao programa Ponto IV, cujo objetivo era estender a ajuda econômica aos países da América Latina, África e Ásia, tendo em vista a disputa de influência geopolítica da Guerra Fria e da crença estadunidense, à época, de que o mundo ocidental possuía tecnologia o suficiente para superar os problemas que grassavam nas regiões mais pobres do mundo. A fala de Truman é considerada pela antropologia do desenvolvimento como o marco zero de uma invenção: o desenvolvimento e sua contraparte, o subdesenvolvimento.<sup>2</sup> Esse período teria correspondido a um intenso processo de controle e de “ocidentalização” dos países periféricos envolvidos, devido ao caráter autoritário e hegemônico do processo em pauta. Algumas questões vão balizar as reflexões presentes no texto: de que forma o desenvolvimento foi apropriado em contextos históricos locais específicos? Como atores locais ressignificaram tal discurso a partir de suas necessidades específicas? As respostas a essas questões partem de um problema específico.

A partir dessas contribuições teóricas e do conjunto de fontes históricas dos anos 1950, vamos explorar as concepções de desenvolvimento envolvidas na valorização econômica da Amazônia, com o intuito de compreender as apropriações deste discurso nos projetos para a região amazônica. O argumento que será desenvolvido aqui é de que as concepções e colaborações internacionais com o objetivo de melhorar as condições locais da Amazônia nestes planos vieram ao encontro de discussões intelectuais e projetos governamentais em curso — em especial a partir dos anos 1940, com as práticas e discursos do Estado Novo para a região. Os escritos deste período se caracterizaram por uma busca do “fim das lendas”, pedindo uma efetiva ação social do poder público sobre a região.

2. “Antropologia do desenvolvimento” é uma tradução livre de *Anthropology of development*, termo cunhado por Arturo Escobar para definir sua “filiação” na academia. A *Anthropology of development* surgiu como oposição à *Development Anthropology*. A diferença entre as duas, segundo Grillo, é que, enquanto a primeira se ocuparia da análise sociocientífica do desenvolvimento como um processo político, cultural e econômico, a segunda estaria engajada diretamente na aplicação de projetos de desenvolvimento (avaliação de projetos ou assessoria política). Ver (GRILLO, 1997, p. 2) e (GOW, 2002, p. 299-313).

## A institucionalização do desenvolvimento no início da Guerra Fria

Os *post-development studies* apontam, de forma geral, o discurso de Truman como o início do que se convencionou chamar de desenvolvimento, bem como o ponto inicial da construção discursiva dos EUA para com demais países que passariam a ser chamados de terceiro mundo. Sem se prender ao surgimento do conceito de “desenvolvimento”, Collin Leys aponta um início anterior, no século XIX, e encontra em Marx e Hegel os verdadeiros criadores das chamadas teorias do desenvolvimento. O pioneirismo dos dois pensadores residiria no fato de ambos reconhecerem que a aceleração súbita nas mudanças provocadas pelo estabelecimento da produção capitalista e na sociedade burguesa possibilitou a análise do processo histórico de forma inovadora (LLEYS, 2005). Esta concepção levaria a um entendimento racional desta sociedade (Hegel) ou à busca de formas para superá-la (Marx), mas ambos perceberam que a sociedade capitalista era resultado de um processo evolucionista, possibilitando o estudo de sociedades anteriores a partir do “ponto de chegada” capitalista (*idem*).

Para Lleys, a teoria do desenvolvimento surge como uma resposta acadêmica a dois eventos da Guerra Fria: a incorporação das antigas colônias africanas e asiáticas ao capitalismo e a necessidade estratégica em estabelecer zonas de influência. Cooper e Packard apontam que, para intelectuais e cientistas sociais europeus, o desenvolvimento, mais que uma ideia, forneceu um meio de narrar a história mundial (COOPER e PACKARD, 2005). Os autores relacionam essas teorias ao desmantelamento do império colonial europeu na África e Ásia. Nas décadas de 1930 e 1940, além da importância econômica e estratégica da América Latina, este conceito tornou-se um meio de intervenção política das metrópoles nas antigas colônias com o objetivo explícito de melhorar os padrões de vida dessas populações, além de incorporá-las ao mundo capitalista:

O conceito colonizador de que “outras” pessoas precisavam adotar novas formas de viver foi internacionalizado, fazendo do desenvolvimento um problema global e uma questão para os Estados. Os padrões de vida de um bengali pobre se tornou um assunto a ser debatido em Genebra e Dacca. (...) Assim, antigos oficiais coloniais se agarravam a um futuro no qual sua concepção sobre economia poderia ser um modelo para o futuro. (COOPER e PACKARD, 2005, p. 129)

Dessa forma, a necessidade de gerar desenvolvimento por meio de assistência e cooperação técnica teve um importante papel na criação de agências internacionais entre os anos de 1945 e 1950.<sup>3</sup> Dois aspectos fundamentais para a compreensão deste período foi o avanço das pesquisas científicas e os subsequentes avanços tecnológicos. A corrida espacial, a energia nuclear, a eletrônica e a robótica foram alguns setores privilegiados por essa revolução tecnológica. A

3. Entre as agências criadas nesse período estão:

16/10/1945 - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)  
24/10/1945 - Organização das Nações Unidas (ONU)  
4/11/1946 - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)  
11/12/1946 - Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)  
7/4/1948 - Organização Mundial da Saúde (OMS).

aplicabilidade da ciência passou a ser quase direta. Exemplos disso são: o desenvolvimento da energia atômica, a indústria farmacêutica, produtos sintéticos, produções de plástico e as transfusões de sangue e órgãos. A expansão desse fenômeno histórico ocorreu também por uma necessidade estratégica: a disputa de influência de territórios com a URSS e o temor de expansão do socialismo bolchevique nas nações asiáticas, africanas e latino-americanas.

O discurso supracitado de Harry Truman em 1949 significou uma maior atenção dos EUA à América Latina. Mesmo que no início da Guerra Fria a maior parte da ajuda financeira estadunidense tenha se dirigido à Europa (por meio do Plano Marshall), a América Latina recebeu apoio financeiro relevante devido à sua importância política e econômica (CUETO, 2008). Até 1955, os EUA dedicaram 35% de seus investimentos para aquele continente, além de conduzir 50% do comércio exterior da região (*idem*). Essas colaborações tinham dimensões estratégicas no período inicial da Guerra Fria: políticos estadunidenses temiam que a URSS pudesse influenciar os governantes e intelectuais locais em um possível projeto de expansão do comunismo. Nesse sentido, trocas comerciais, ajuda externa e políticas de saúde internacionais para a região colaborariam na demonstração de que progresso social seria possível sem uma revolução (*idem*). Na prática, isso significaria, no ideário da época, uma gradual eliminação da pobreza, a melhoria de condições rurais e o controle de movimentos nacionalistas, que poderiam ser, na concepção dos EUA, manipulados pelo comunismo.

### **Críticas, respostas e contribuições dos *Post-Developmentists***

Nos últimos 50 anos, a conceituação do “desenvolvimento” nas ciências sociais passou por três momentos principais correspondentes a três orientações teóricas contrastantes: a teoria da modernização nas décadas de 1950 e 1960; a teoria da dependência e perspectivas relacionadas nos anos de 1960 e 1970; e aproximações críticas ao desenvolvimento como discurso cultural na segunda metade dos anos de 1980 e 1990 (ESCOBAR, 2005). Os dois trechos a seguir expõem de forma significativa as concepções do último grupo destacado.

As análises antropológicas do desenvolvimento têm dado ao desenvolvimento uma crise de identidade nas ciências sociais. Em uma chave semelhante, os movimentos sociais não estão dizendo alto e claro que o mundo de acordo com o discurso do desenvolvimento não é tudo isso? (ESCOBAR, 1997, p. 511)

Os últimos 40 anos podem ser chamados de A Era do Desenvolvimento. Esta época está chegando ao fim. É hora de escrever seu obituário. (SACHS, 1999, p. 1)

Os trechos acima contribuem para a forma pela qual os chamados *Post-Developmentists* conceituam o desenvolvimento, entendido nesta chave analítica como um meio de o Ocidente se representar nos países pobres, desconsiderando, assim, formações e grupos locais e partindo de uma padronização do homem e da sociedade. As críticas ao desenvolvimento têm como objetivo e prática social seu fim, fazendo parte de um projeto denominado “pós-desenvolvimento”, conceituado como “uma conscientização de que a realidade pode ser definida em termos distintos aos do desenvolvimento e, que, por consequência, as pessoas possam atuar sobre as bases destas diferentes definições” (ESCOBAR, 2005, p. 22). As críticas são, dessa forma, formuladas a partir de uma preocupação com as ações sociais.<sup>4</sup> A perspectiva teórica desse grupo é o pós-estruturalismo, cujos pressupostos residem nas bases teóricas propostas por Michel Foucault e suas problematizações do discurso, além da grande influência de Edward W. Said e seu *Orientalismo*, apropriado por esses estudiosos como um *Ocidentalismo*. O desenvolvimento como projeto político teria representado na prática uma imposição dos valores, conceitos e padrões dos países ricos aos países pobres, passando a denominá-los como “terceiro mundo” ou “subdesenvolvidos”. De acordo com Peet, os *Post-Development Studies* emergem devido à fascinação que o desenvolvimento exerce na imaginação da geopolítica ocidental (PEET, 1999).

A agenda de pesquisa pós-desenvolvimentista não tem o objetivo principal de propor outras visões de desenvolvimento, mas sim de questionar os modos como Ásia, África e América Latina foram definidas historicamente como regiões subdesenvolvidas (ESCOBAR, 2005). *La invención del tercer mundo*, de Arturo Escobar, é considerada uma das principais obras desse grupo. Nela, o desenvolvimento é compreendido como um discurso cuja desconstrução é fundamental para demonstrar como esta palavra reúne um conjunto de práticas de controle e homogeneização de culturas ditas periféricas (ESCOBAR, 1998). Escobar se propõe a analisar o desenvolvimento como uma experiência historicamente singular, como a criação de um domínio de pensamento e ação. Desta forma, aponta as características do sistema de poder que regula sua prática e as formas de subjetividade desse discurso, nas quais as pessoas reconhecem a si mesmas como “desenvolvidas” ou “subdesenvolvidas”. É um discurso excludente: as populações atingidas pelas práticas desenvolvimentistas não teriam sido partícipes desse processo. Para o autor, o desenvolvimento era, e continua sendo, em grande parte, um enfoque de cima para baixo (*Top-Down*), etnocêntrico e tecnocrático, que trata a população e as culturas locais como conceitos abstratos, representados por cifras estatísticas que se moviam de um lado para o outro sob o signo do progresso (*idem*). As pessoas teriam passado a pensar e a agir por meio de categorias ocidentais, vendo o mundo não como ele é, mas, sim, através de categorias dos países

4. Arturo Escobar cita como exemplo de prática pós-desenvolvimentista e de “modernidade alternativa” o *Proceso de Comunidades Negras* (PCN), do Pacífico Sul Colombiano. Segundo o autor, os ativistas e as comunidades dessa região têm reclamado seus direitos como produtores de conhecimento e desenvolvido uma conceituação da região do Pacífico Sul Colombiano como um “território-região” de grupos étnicos, fugindo da construção habitual do lugar conhecido como “foco de desenvolvimento regional” (ESCOBAR, 2005, p. 22).

ditos desenvolvidos. Em uma chave semelhante, Gilbert Rist caracteriza o desenvolvimento como um ponto que distinguiria, no imaginário ocidental, todas as sociedades modernas das anteriores (RIST, 2002). Consistiria assim em uma série de práticas que requerem a transformação e a subsequente destruição do meio ambiente e das relações sociais (*idem*).

O desenvolvimento se daria pela definição de problemas (crescimento populacional, práticas agrícolas arcaicas e pobreza) e identificação de “anormais” (analfabetos, desnutridos e pequenos camponeses) para serem observados e tratados. O resultado foi a criação de um espaço de pensamento e ação, no qual o discurso de poder do desenvolvimento passou a ser legitimado. A agenda pós-estruturalista busca responder de diferentes formas o seguinte questionamento: “Por que, por meio de que processos históricos e com que consequências Ásia, África e América Latina foram compreendidas como o ‘Terceiro Mundo’ através de discursos e práticas de desenvolvimento?” (ESCOBAR, 2005, p. 18). As respostas a esses questionamentos compreendem, segundo Escobar, muitos elementos, dentre os quais destacamos os mais válidos para o trabalho em curso.

Como discurso histórico, o desenvolvimento surgiu no período após a Segunda Guerra Mundial, tendo raízes em processos históricos mais profundos da modernidade e do capitalismo. Durante os anos de 1945-1960, os *experts* do desenvolvimento passaram a atuar de forma intensa na Ásia, África e América Latina, dando realidade à *construção do Terceiro Mundo*. Esse discurso possibilitou a criação de um vasto aparato institucional que se converteu em uma força social real e efetiva de transformação da realidade econômica, social, cultural e política das sociedades em questão. Este aparato compreendeu uma variada gama de organizações, desde as instituições oriundas de *Bretton Woods* (como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional), organizações internacionais (como a Organização das Nações Unidas), até agências nacionais de planificação e projetos de desenvolvimento em escala local. O discurso do desenvolvimento teria operado por intermédio dos seguintes mecanismos: a profissionalização dos problemas, possibilitando o aparecimento de conhecimentos especializados, assim como campos para lidar com todos os aspectos do subdesenvolvimento e a institucionalização do desenvolvimento, por meio da criação de variadas agências internacionais e locais. A análise pós-estruturalista destacou, por fim, as formas de exclusão desse discurso institucionalizado, em especial a exclusão dos conhecimentos, vozes e preocupações daqueles que, paradoxalmente, deveriam se beneficiar do desenvolvimento: a população pobre da Ásia, África e América Latina (ESCOBAR, 2005).

Richard Peet resume as proposições do pós-desenvolvimento: de forma geral, rejeitam a forma de pensar e o modo de agir produzido pelo

desenvolvimento moderno, em favor de visões revitalizadas de sociedades e culturas não ocidentais e arcaicas, quase uma busca pelo paraíso perdido (PEET, 1999). As interpretações dos pós-desenvolvimentistas têm despertado algumas críticas, bem como respostas desses autores. Interessa-nos aqui analisar como críticos e estudiosos deste fenômeno histórico o definem em sua análise e as possíveis contribuições deste debate ao recorte temporal e regional proposto. Retomando Peet, o autor critica o caráter “radical” da crítica dos pós-desenvolvimentistas, chamados por ele de *pós-desenvolvimentistas*, por não reconhecerem também os avanços que o processo trouxe para a humanidade. Desta forma, estaria ocorrendo a troca de possíveis aspectos positivos por uma ideologia utópica. A crítica ao desenvolvimento, de acordo com ele, deveria apontar dois aspectos: de um lado, mostrar avanços deste período, como os da medicina; de outro, demonstrar os trágicos usos do conhecimento científico e da tecnologia para a produção de uma sociedade consumista, usufruída por poucos. A ciência ocidental teria demonstrado que seria capaz de melhorar os padrões de vida da população. Assim, a luta, de acordo com Rist, seria mais reorientar estas práticas do que desconsiderar tudo o que foi feito durante os anos de desenvolvimento.<sup>5</sup> Outras críticas sugerem uma malfadada pretensão de Escobar e seu grupo em substituírem as teorias da dependência como o principal método de análise do desenvolvimento. Segundo David Lehmann, as denúncias feitas às práticas do desenvolvimento não seriam nada mais que uma atualização das antigas denúncias contra o imperialismo cultural dos anos 1970 (LEHMAN, 1997).

Mais interessantes para nossa análise, as considerações críticas de Ralph Grillo são contundentes ao se referirem à análise de Escobar como a construção de um discurso monolítico, pouco atento às particularidades locais. O caráter assimétrico das considerações de Escobar daria origem ao que Grillo chama de “Mito do desenvolvimento” (GRILLO, 1997). Segundo o autor, há uma tendência exagerada nos pós-estruturalistas em ver o desenvolvimento como uma empreitada monolítica, extremamente controlada pelo “topo”, convencido de sua superioridade e sabedoria em relação ao saber local. Dessa forma, diferentes experiências históricas locais estariam submetidas a uma única voz, reduzindo a história dos anos de 1950 e 1960 apenas à construção da ideia de um conflito entre os *developers* contra as suas vítimas (*idem*). Dessa forma, seria correto falar sobre “o” discurso do desenvolvimento? Pensar neste discurso como monolítico, na análise de Grillo, demonstra-se limítrofe, pois ignora que existe uma grande diversidade dentro da comunidade dos “desenvolvimentistas”, além do desenvolvimento conter em seu interior múltiplas vozes e conhecimentos, mesmo havendo uma hierarquia entre eles. Na prática, há uma distância significativa entre as ideias e ações das agências de desenvolvimento e as das populações locais.

No curso dos trabalhos destas organizações ocorreria a apropriação e uso dos saberes locais, além das possíveis adaptações ao contexto no qual operavam, fazendo com que estas ações fossem além dos padrões previamente estabelecidos (*idem*).

### **Múltiplas faces do desenvolvimento: um discurso construído historicamente, um conceito em constante transformação**

As análises do grupo de Escobar trazem uma importante contribuição para o debate das origens do desenvolvimento, ao inseri-lo em uma lógica discursiva de poder sobre as demais nações. Porém, quando o historiador se debruça sobre os escritos da época encontra múltiplas definições de um conceito que não se encontrava fechado, muito diferente das caracterizações do pós-desenvolvimentismo. O debate sobre *o que é e como fazer* o desenvolvimento foi muito intenso entre as décadas de 1950 e 1960. *Teoria do desenvolvimento econômico*, de Schumpeter, é tido como o primeiro livro a problematizar a atenção aos problemas econômicos das nações industrializadas e pobres. Na obra de 1912, o economista austríaco expôs sua tese de que a iniciativa individual seria o motor do crescimento do desenvolvimento. O estudo de Schumpeter constituiu-se em um novo ponto de partida, tendo sido redescoberto pelos especialistas em desenvolvimento no período após a II Guerra Mundial. Na obra seminal *A economia do subdesenvolvimento*, de Agarwala e Singh, é possível mapear esse debate em seu início, com contribuições de economistas que pertenciam, até aquele momento, à dita escola clássica. Como apontam Bastos e Britto, esta teoria não escapou à regra dos outros avanços da teoria econômica. Foi fruto do seu tempo, das condições sociais e ideológicas que marcaram seu nascimento quanto à forma que assumiu (BASTOS e BRITTO, 2010). Em conferência realizada em 1953, o economista ortodoxo Norbert Viner definiu da seguinte forma os países subdesenvolvidos:

[Países] que [têm] boas perspectivas potenciais para usar mais capital e mais mão de obra, ou mais recursos naturais disponíveis, ou as três coisas ao mesmo tempo, a fim de manter sua população atual em um nível de vida mais elevado, ou, no caso de seu nível de renda *per capita* já ser elevado, manter uma população maior em um nível de vida não inferior. (...) Um país pode ser subdesenvolvido, quer seja densa ou escassamente povoado; quer seja rico ou pobre em capital; quer seja um país de elevada ou baixa renda *per capita*; quer seja industrializado ou agrícola. (VINER, 2010, p. 48)

Ideias que depois seriam consagradas como etapas necessárias para o desenvolvimento das nações, como industrialização, povoamento e riqueza, não

eram consideradas centrais no início do debate. Definição mais semelhante aos padrões encontrados posteriormente são as de Kuznets, em conferência de 1954, ao comparar o padrão de vida dos ditos países desenvolvidos com os outros:

Os países adiantados, cujo desempenho alcançado permite medir o atraso econômico, são uma demonstração inegável de que são atingíveis níveis econômicos superiores, e não somente potencialidades entrevistas de maneira obscura pelo acervo de conhecimento. A tensão nos países subdesenvolvidos é gerada pelo conhecimento dos sucessos em outras partes do mundo. (KUZNETS, 2010, p. 164)

A própria noção de “etapismo histórico”, uma das principais críticas realizadas *a posteriori* ao conceito, foi problematizada à época de sua gestação. No mesmo texto supracitado, é sugerido um contraste entre os países subdesenvolvidos e os ditos países adiantados, pois a situação histórica de cada grupo seria diferente no momento anterior às transformações tecnológicas que deram origem ao mundo industrial moderno (KUZNETS, 2010). Enquanto no século XVIII, os países desenvolvidos já haviam tido um período consistente de crescimento econômico sustentado e gozado de independência política, os países subdesenvolvidos eram herdeiros de uma longa sujeição política que, de acordo com Kuznetz, até trouxera alguns benefícios, porém retardava seu avanço rumo ao panteão das nações avançadas (*idem*).

Textos da época já apontavam uma noção crítica sobre o conceito de desenvolvimento. Se radicalizarmos as elaborações dos pós-desenvolvimentistas, podemos encontrar ecos dessas críticas em autores dos anos 1950, como o ultra-liberal Wilhem Röpke. Em obra publicada no Brasil em 1963 pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), Röpke denunciava a “nova intenção coletivista” que estaria por trás das colaborações internacionais (RÖPKE, 1963).<sup>6</sup> Um dos pontos criticados seria a crença do desenvolvimento de que o comunismo seria afastado dos países subdesenvolvidos apenas elevando o padrão de vida material das nações. Para realizar tal feito, o Ocidente deveria incentivar o livre-mercado, em conjunto com uma política de forte repressão aos movimentos soviéticos nesses países (*idem*). Ao adotarem medidas como o planejamento e o fortalecimento do setor público, as potências ocidentais estariam atraindo, e não rechaçando a infiltração comunista nas nações subdesenvolvidas. Além disso, há a crítica ao caráter homogeneizante do processo que estava em curso:

(...) por detrás do tema do “desenvolvimento dos países subdesenvolvidos” oculta-se nada menos do que a ideia de que diante de nossos olhos está sucedendo algo sem paralelo no transcurso da história: a propagação, aparentemente irrefreável de uma forma cultural (...), a ocidental. (...) É problemático que disto resulte uma completa ocidentalização do mundo. Somente uma coisa negativa é segura: o choque, a enfermidade, a decomposição e

6. O Instituto de Pesquisas Sociais (Ipes) foi o responsável pela tradução do livro. Fundado em 1961, o Ipes, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), teve o objetivo de catalisar o pensamento e as ações contra o governo do então presidente João Goulart. Além da publicação de livros de autores ligados ao pensamento liberal, o Instituto produziu uma série de filmes que atentavam sobre o “perigo comunista” que “assolava” o Brasil daquele período.

destruição das formas culturais, sociais e de vidas não ocidentais, a tensão e a efervescência, pelo menos, que produz nos povos e raças mais distantes o contato contínuo e cada vez mais estreito com o mundo ocidental “moderno”. (RÖPKE, 1963, p. 23)

A tragédia dos subdesenvolvidos seria o fato de se verem forçados a adotar as técnicas do Ocidente. Este processo de “aculturação” teria um final imprevisível: de acordo com Röpke, tais políticas de cooperação internacional teriam como consequência o avanço das ideias soviéticas nos países atrasados. Uma diferente análise sobre o processo de construção dos países de Terceiro Mundo encontra-se na obra *A construção do terceiro mundo*, de Joseph Love, que demonstra o processo a partir do ponto de vista da recepção destas ideias nos próprios países ditos “subdesenvolvidos”. O protagonismo da análise não reside, em Love, no discurso, no poder ou em uma etnografia das práticas do desenvolvimento, mas, sim, na forma pela qual os países responderam a esse imperativo global dos anos 1950. Tendo como foco comparativo Brasil e Romênia, o objetivo do estudo é mapear e problematizar o que os economistas destes países escreveram sobre o problema do atraso, em meio às transformações que então ocorriam em nível nacional e internacional (LOVE, 1998). “Atraso econômico”, segundo o autor, era o termo padrão utilizado antes do fim da II Guerra Mundial, que seria suplantado por “subdesenvolvimento”. Fugindo a estas caracterizações, Love assinala que o desenvolvimento era entendido como:

(...) um estado de alta renda *per capita*, ou o processo de alcançá-la, mas conotava também uma diversidade de produção e consumo, bem como um maior grau de justiça social, para uma determinada população, do que o existente antes de o desenvolvimento ocorrer. (LOVE, 1998, p. 23)

Dessa forma, *atraso* ou *subdesenvolvimento* são entendidos pelo autor como sinônimos, conotando um abismo existente entre as nações desenvolvidas e aquelas que apresentam baixa renda *per capita* e estruturas sociais arcaicas, caracterizadas pelos próprios teóricos do Terceiro Mundo, tendo o Ocidente como referência.<sup>7</sup> Partindo desta perspectiva, essas economias não se situavam apenas em posições menos avançadas ao longo da mesma trajetória, mas enfrentavam “barreiras” para entrar no rol das nações modernas e avançadas. Relembrando as críticas ao pós-desenvolvimentismo formuladas por Grillo, Love ressalta que, no bojo das ideias econômicas estruturalistas, existiam discordâncias quanto a um diagnóstico definitivo em relação à possibilidade de ascensão dos países do chamado Terceiro Mundo: enquanto para alguns não havia possibilidade alguma de repetição dos padrões já alcançados pelos principais países industrializados, outros acreditavam que os estágios de desenvolvimento econômico poderiam guardar alguma semelhança com

7. *Idem, ibidem.*

os dos países industrializados, ocorrendo de forma mais complexa devido às particularidades locais (LOVE, 1998).

Love dedica aos estudos de Escobar uma nota de pé de página, apenas apontando o estudo como “pós-moderno”. Mesmo formulando críticas, acreditamos que as sugestões analíticas do *post-development* não devem ser ignoradas. Retomando as questões do autor, o desenvolvimento não foi apenas um discurso dirigido e aceito acriticamente pelas nações ditas “atrasadas”, mas foi reformulado e apropriado às questões locais. Tão importante quanto o debate acerca do desenvolvimento nacional, o debate sobre o que seria o subdesenvolvimento também mobilizou os economistas locais. Se é fato que o desenvolvimento foi (e é) discurso e poder, também é fato que se encontrava em constante discussão. Houve um chamamento às nações sobre o imperativo do desenvolvimento, mas que veio ao encontro de questões locais sobre os rumos do progresso e futuro de um determinado país, como foi o caso brasileiro. Longe de representar uma caixa fechada com códigos e símbolos herméticos, essas ideias ocasionaram uma das mais ricas discussões que existiram em solo brasileiro: qual o lugar do país nesse contexto? Seria válido “exportar” uma fórmula fechada em si mesma? A partir das contribuições do pós-estruturalismo e as críticas, podemos estabelecer um diálogo entre o processo histórico local da Amazônia e o discurso do desenvolvimento em escala global. Reconhecemos que ocorreu, entre os anos de 1940 e 1950, a expansão do discurso dos países ricos em colaborar com regiões desfavorecidas e de práticas envolvendo colaborações técnicas e ajuda financeira para estas localidades. Mas é importante assinalar que este processo também ocorreu em escala local, como é o caso brasileiro e o da Amazônia, foco da próxima seção.

### **A valorização econômica da Amazônia em sua época: conceitos, demandas e formação técnica**

Como aponta Bielschowsky (2000), o desenvolvimento brasileiro se relaciona diretamente à difusão de uma ideologia nacional industrializante dos anos 1930. O autor ressalta que o desenvolvimentismo visto como uma ideologia de superação do subdesenvolvimento nacional só viria a tornar-se hegemônico na segunda metade dos anos 1950. O que o processo histórico de tomada do industrialismo acentuou, nas décadas intermediárias, foi o suporte histórico para a conscientização desenvolvimentista (*idem*).

No caso da Amazônia, as discussões vieram ao encontro de um percurso histórico local, ocorrido entre os anos de 1930 e 1940, quando a região passou a ter certa relevância para as políticas públicas nacionais. Dois fatores colaboraram com isto: o programa de governo Marcha para o Oeste, que definiu

a Amazônia como um lugar “a ser conquistado” pelo poder central, e a viagem de Getúlio Vargas à região, quando proferiu o chamado *Discurso do Rio Amazonas*, amplamente divulgado pela propaganda governamental como a “nova descoberta da região”. Tais acontecimentos acompanharam um amplo plano de saneamento para a localidade, tendo em vista posterior ocupação, com o objetivo de acabar com o “vazio demográfico” da Amazônia, detectado pelo governo Vargas como o grande problema da região. Em virtude do período de guerra, o projeto político do Estado Novo foi interrompido para o acordo bilateral entre os Estados Unidos da América e o governo brasileiro, que utilizaram a região como colaboradora no esforço de guerra de extração de borracha para o exército aliado. Porém, as preocupações dos intelectuais da região e do resto país resultaram em artigos e obras que tentavam identificar a razão da calamidade local.

Os escritos sobre a Amazônia produzidos nos anos de 1940 refletiam uma preocupação de intelectuais locais que, entre os anos de 1930 e 1950, foram partícipes no processo de ações governamentais para a região amazônica e buscavam, em seus textos, superar as imagens lendárias da região e sua representação, como “Inferno Verde”, cunhada a partir da obra de Alberto Rangel (COSTA, 2007). Os discursos do desenvolvimento foram bem recebidos pela elite política e intelectual amazônica, vindo ao encontro de demandas locais por um lugar mais destacado da região nas políticas governamentais. Porém, é importante destacar que as discussões acerca do papel do capital estrangeiro e da própria participação internacional nos rumos da região não passaram incólumes nos debates locais. Muito pelo contrário, as discussões em âmbito nacional, em conjunto com os acontecimentos importantes no fim da década de 1940, apontaram diferentes rumos para o desenvolvimento da Amazônia.

A discussão conceitual em torno do desenvolvimento da região adotou a ideia de *valorização* em razão da conotação econômica do termo. Essa seria uma estratégia para impor uma modernização sem, no entanto, provocar rupturas radicais e profundas no ordenamento social (BRITO, 1999). Dessa forma, as políticas estatais dos anos 1950 adotaram a ideia de recuperação econômica, unindo esta concepção ao nacionalismo da época, presente nas conclusões dos intelectuais que a região constituía “um espaço vazio, economicamente improdutivo e politicamente perigoso” (BRITO, 1999, p. 147).

Os processos decisórios das políticas governamentais de desenvolvimento da região amazônica envolveram um fator decisivo na formulação desses projetos: o nacionalismo. Esta ideologia, nucleada pelo debate do petróleo durante o segundo governo Vargas, estava em franca ascensão, alimentando a conscientização sobre a racionalização da economia em favor do desenvolvimento nacional (BIELSKOWSKY, 2000). No caso da Amazônia, tais sentimentos nacionais estavam exacerbados em decorrência do episódio envolvendo a malfadada criação do Instituto

Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA).<sup>8</sup> Assim, a Amazônia, em especial a partir do segundo governo Vargas (1951-1954), foi foco de debates e definições acerca das prioridades para o desenvolvimento local.

Em decorrência da precariedade de dados sobre a região amazônica, foi convocada entre agosto e novembro de 1951 uma conferência técnico-administrativa com a finalidade de levantar problemas e soluções. O presidente da conferência foi Rômulo Almeida, na época integrante do quadro da assessoria econômica de Getúlio Vargas. Tal discussão deu origem ao Plano de Emergência para a Região Amazônica, em 1954, e ao Primeiro Plano Quinquenal, de 1955. Tais documentos deram referenciais teóricos para a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a primeira agência de desenvolvimento regional do país.<sup>9</sup> O principal destaque desses dois documentos é o destaque dado à questão do planejamento em longo prazo (as metas deveriam ser cumpridas em um prazo de 20 anos, sendo fiscalizadas a cada cinco anos) e a formação de quadros técnicos. Para a Amazônia, essa discussão teria fundamental importância, em virtude da acentuada carência de pessoal técnico especializado, um dos principais pontos do plano quinquenal proposto pelo poder central. Os cursos de planejamento regional oferecidos pela Fundação Getúlio Vargas em 1955 refletem essas preocupações.

O planejamento como instrumento de política econômica data de 1929, quando ocorreu o Primeiro Plano Quinquenal na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Este debate no mundo capitalista ocidental teve início durante o período de depressão entre as duas guerras mundiais: a Crise de 1929. Com o colapso da economia internacional e a Segunda Grande Guerra, tal ideia assumiu um caráter de maior urgência e aspiração. O planejamento surgiu diante da necessidade urgente destes países atingirem certos objetivos econômicos e sociais. A partir das críticas ao *laissez-faire*, tornou-se claro para as potências ocidentais que o simples jogo da força de mercado, com pouca intervenção do Estado, era incapaz de levar aos resultados desejados pela sociedade. A instabilidade do sistema econômico, com crises cíclicas na atividade, desemprego periódico em graus elevados e a nova ênfase no desenvolvimento econômico e luta contra a miséria e a mobilização das economias para a guerra tiveram como consequência a elaboração de modelos racionais de política econômica, que permitissem dominar as forças econômicas em direção à alocação eficiente de recursos. De acordo com Lafer, “tinha sido definitivamente perdida a crença no automatismo de mercado e abandonada a teoria do *laissez-faire* nas decisões econômicas” (LAFER, 1970, p. 12).

Era grande a confiança na capacidade do governo para resolver problemas vultosos, mobilizando e direcionando pessoas e recursos para empreendimentos de proveito coletivo. A ideia de planejamento foi abraçada por grande parte dos países europeus que sofreram o trauma da Segunda Guerra Mundial. Os

**8.** O IIHA foi uma proposta do cientista Paulo Carneiro, então representante do Brasil na Unesco. Os debates iniciaram-se na Constituinte de 1946. Organizações internacionais como a ONU (fundada em 1945) e a Unesco (fundada no mesmo ano) foram criadas como parte de um projeto que procurava superar as necessidades econômicas e sociais do planeta por meio da cooperação internacional. De acordo com Magalhães, durante a tramitação do projeto do IIHA no Congresso Nacional, surgiram visões conflitantes sobre a proposta, especialmente no que dizia respeito à participação estrangeira. Carneiro o formulador do IIHA, alegava que a cooperação internacional era a melhor estratégia para desenvolver a Amazônia e integrá-la ao território nacional. Já o principal opositor do IIHA, o então presidente Artur Bernardes, apontava o projeto como uma estratégia imperialista para a internacionalização da Amazônia. O Instituto não foi adiante, mas impulsionou a criação de dois importantes órgãos para a região no início dos anos 1950: o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa) e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Ver (MAGALHÃES, 2006)

**9.** A SPVEA iniciou os trabalhos em 1953 e foi descontinuada pelo regime militar em 1966, quando foi reinaugurada sob o nome de Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

desastres ocorridos no intervalo entre as duas guerras mundiais pareciam, ao olhar europeu, interligados ao fracasso total da tentativa de organização da sociedade. Como aponta Judt, “se a democracia haveria de funcionar, se a democracia haveria de recuperar seu apelo — precisava ser planejada” (JUDT, 2008, p. 81). O planejamento apresentou-se, assim, como um tipo definido e variável de resposta política e técnica para o desafio das sociedades industriais de massas (CARDOSO, 1970). Esta concepção relaciona-se integralmente às constantes reinvenções do capitalismo como sistema econômico hegemônico no tempo do pós-guerra. As histórias de sucesso em países capitalistas nesse período se reportavam a projetos de industrialização sustentados, supervisionados, planejados e administrados pelos governos, dirigidos pelo Estado (HOBSBAWM, 1995). Como afirma Crosland, o capitalismo do pós-guerra reformou-se “a ponto de ficar irreconhecível” (*apud* HOBSBAWM, 1995, p. 265).

O fim da Segunda Guerra Mundial inicia o ciclo que Eric Hobsbawm chamou de Era de Ouro do capitalismo, durante a qual imperou o consenso de que a economia de empresa privada precisava ser salva de si mesmo (HOBSBAWM, 1995). As ideias keynesianas, dentre as quais se destacava a tese de que uma sociedade sadia devia ter produtividade crescente sustentada em um forte mercado consumidor, reforçava a opção política dos partidos socialdemocratas da época de garantir pleno emprego, bons salários e razoável cobertura social (PADARÓS, 2000). Assim, o Estado foi instrumento de diversas ações encadeadas, como a realização de obras públicas, capacitação de mão de obra e criação de múltiplos programas sociais (assistência familiar, habitacional, auxílio financeiro e saúde) (*idem*). Hobsbawm indica que o “grande salto adiante” da economia capitalista ocorreu em grande escala e com consequências sociais sem precedentes (HOBSBAWM, 1995). Estava em curso uma substancial reestruturação e reforma do capitalismo e um avanço espetacular na globalização e internacionalização da economia. Como resultado, produziu-se uma “economia mista”, que tornou mais fácil aos Estados planejar e administrar a modernização econômica (*idem*).

No Brasil dos anos 1950, havia um reconhecimento do relativo sucesso das experiências de intervenção nos ditos países desenvolvidos. Aos poucos, ideologia e prática do planejamento foram incorporadas pelo poder público nacional como componentes fundamentais para o funcionamento do Estado brasileiro. Vários acontecimentos e processos, independentes e conjugados, convergiram no mesmo sentido, promovendo uma progressiva “racionalização” da política econômica governamental (IANNI, 1979). Os dois fatos convergentes foram as experiências de política econômica acumuladas ao longo dos anos de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954, e a defrontação do poder público com a cada vez maior diferenciação social, econômica e política da sociedade brasileira (*idem*). Nesse contexto, constam diversos programas partidários e

documentos elaborados em congressos de economistas, nos quais se encontravam posicionamentos favoráveis ao planejamento de atividades econômicas.

Para os industriais brasileiros dos anos 1950, o Estado brasileiro assumiria uma responsabilidade estratégica com a programação de atividades e metas que permitiriam superar o *status* periférico que possuía. O enfoque no planejamento que esses industriais buscavam seguir era essencialmente global e envolvia dois conceitos: a coordenação das atividades do Estado com as das empresas privadas deveria se dar de forma tal que a ação estatal não interferisse diretamente na esfera dessas últimas; o planejamento teria de abranger um amplo elenco de fatores relacionados ao desenvolvimento (investimento, emprego, consumo, importações) (COLISTETE, 2002). No Brasil dos anos 1950, o processo de industrialização foi acompanhado do crescimento desmesurado do setor terciário urbano, tendo início a diferenciação de um segmento mais qualificado e remunerado: o “técnico”:

A valorização do “técnico” tornou-se não apenas um requisito racional e científico do desenvolvimento econômico, como também uma modalidade de legitimação do intervencionismo e do planejamento estatais. A estes, o técnico emprestava sua capacitação, neutralidade e, especialmente, o seu suposto apoliticismo. Inversamente, isto fazia dele um profissional bem remunerado, apto a consumir certos artigos mais sofisticados, como eletrodomésticos ou automóveis. (MENDONÇA, 1986, p. 47)

Com o objetivo de formar esses profissionais, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) promoveu, em 1955, um curso de planejamento regional, com ênfase na Amazônia e o objetivo de formar técnicos capazes de trabalhar na valorização econômica da Amazônia. Selecionamos para a presente análise duas palestras proferidas, respectivamente, por Arthur César Ferreira Reis (diretor da SPVEA) e John R.P. Friedmann, da *U.S. Operations Mission to Brazil*. O curso fazia parte da então recém-inaugurada Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape), sendo publicado pela mesma instituição no periódico *Cadernos de Administração Pública*, inaugurado em 1954.<sup>10</sup> Entre março de 1955 e fevereiro de 1956, a SPVEA e a FGV criaram, por meio de acordo assinado no mesmo ano, as condições necessárias para a realização de um curso de planejamento regional em Belém do Pará, cujo foco de interesse foi o programa de trabalho da Superintendência. Este foi primeiro curso de planejamento regional no Brasil, sendo oferecido para funcionários públicos pertencentes aos quadros da SPVEA e das repartições federais, estaduais e municipais (SILVA, 1960). Os funcionários aptos a se matricularem pertenciam aos quadros das seguintes instituições: SPVEA, Governo do Estado do Pará, Prefeitura Municipal de Belém, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Goiás,

**10.** Estas informações foram obtidas no site Ebape. *Cadernos Ebape \_ sobre a revista \_ histórico*. Disponível em: <[http://www.ebape.fgv.br/cadernosebape/asp/dsp\\_sobre\\_revista\\_historico.asp](http://www.ebape.fgv.br/cadernosebape/asp/dsp_sobre_revista_historico.asp)>. Acesso em: 15/08/2014, às 03h30.

Banco de Crédito da Amazônia, Serviço Especial da Zona Aérea, Oitava Região Militar e do Serviço de Navegação do Amazonas e Administração do Porto do Pará (SNAPP). O objetivo era a transmissão das principais ideias e informações sobre planejamento, administração e valorização dos recursos naturais, econômicos e humanos da Amazônia (*idem*). Os alunos tiveram aulas e leituras sobre psicologia do planejamento, planejamento pós-guerra na França e na África francesa, aspectos políticos do planejamento, implementação do planejamento, além de planejamento financeiro.

A primeira aula do curso foi ministrada por Arthur César Ferreira Reis, que, à época, era o superintendente da SPVEA. Interessa-nos aqui destacar suas conceituações acerca da valorização econômica da Amazônia. No início da palestra, o professor destacou o papel histórico desse processo para a região:

Percorrendo-se a história da Amazônia, vamos verificar que a preocupação de mantê-la como área útil do país, seja no período colonial, seja já no período do Brasil autônomo, é uma constante. E, como decorrência dela, houve mesmo propósitos e práticas governamentais que permitiram a sua manutenção como espaço humanizado e como espaço produtivo, conquanto muito longe de ser realmente o que se imaginava pudesse vir a ser. (REIS, 1955, p. 5)

Ressaltando o caráter nacionalista do desenvolvimentismo brasileiro, Reis destacou duas razões fundamentais que explicariam o propósito da valorização econômica: a que diz respeito ao estabelecimento de condições iguais para o homem brasileiro nas várias regiões em que ele vive, e a que se refere à segurança nacional, ferida pela ambição de potências estrangeiras. Explicitou que, mesmo a Amazônia sendo uma “região quase desértica”, sempre foi detentora de matérias-primas que representaram, em determinados períodos, produção da mais alta necessidade para o país. Reis identifica, desde a colônia, com os tratados de Madri (1750) e de Santo-Ildefonso (1777), uma preocupação do país em proteger a Amazônia de ambições imperialistas. Tal política se fez presente também no império, por meio da negativa para que navios estrangeiros percorressem o Amazonas. O ato de D. Pedro II teria como consequência a visão estrangeira de que o Brasil adotava uma “política chinesa” de porta fechada, ocorrendo inclusive a ideia de uma ação conjunta de outras nações obrigando o Brasil a franquear o rio Amazonas à navegação e à conquista econômica da humanidade (*idem*). Esta fala é esclarecedora por expor os referenciais para a construção de um discurso sobre a região amazônica no pós-guerra: a área mais subdesenvolvida no Brasil, com intensa desertificação e sofrendo constantemente ameaça de invasões estrangeiras. Não é à toa que os planos para a Amazônia presentes nos documentos oficiais do período têm como meta a valorização da economia, do elemento humano e da defesa da região. No decorrer da palestra, o superintendente também

expôs sua concepção de desenvolvimentismo, de forte cunho nacionalista e centralizador:

Área realmente a mais subdesenvolvida do país, a promoção de uma política que lhe assegurasse novas condições de vida devia estar a cargo de uma entidade com a força essencial para o Planejamento e a execução dessa mesma política. (...) como é fácil de compreender, empresa de tal magnitude não está na capacidade dos estados e municípios executá-la. O planejamento e a execução — é isso de uma evidência cristalina — não podia deixar de ser atribuição do poder federal, melhor aparelhado e com consciência mais livre das injunções e do imediatismo local. (REIS, 1955, p. 22)

Esse modelo de intervenção estatal proposto por Reis daria origem às críticas à SPVEA, que ressaltariam as consequências desse método de recuperação marcado por um forte dirigismo estatal. As razões para o fracasso do plano estariam na criação de uma máquina burocrática “altamente emperrada”, que nada deixava funcionar, além da transformação da Superintendência em um “superestado”, com poderes maiores que os dos governadores da região, uma vez que detinha a maior parte da verba endereçada à Amazônia (BENCHIMOL, 1976).

Outro curso ministrado pelo convênio SPVEA-FGV foi o de John R. P. Friedmann da *U.S. Operations Mission to Brazil*. Friedmann, recém-egresso da Universidade de Chicago, foi posto à disposição da Ebap graças à colaboração do governo americano via Ponto IV. O administrador também era, à época, colaborador do Tennessee Valley Authority, considerado uma das inspirações para a SPVEA. Na abertura da palestra, Benedicto Silva, economista da FGV, apresentou grande entusiasmo pela perspectiva da introdução de planejamento no país:

O planejador, mago moderno, passou a ser visto como artífice do progresso. O Brasil também despertou para as virtudes do planejamento. (...) Convenha-se em que nenhum país oferece melhores oportunidades para aplicação do planejamento regional que o Brasil. É que nos países de área continental, como o nosso, o fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se com extraordinária variedade de aspectos. Se aplicássemos a classificação de Wageman às várias regiões do Brasil, certamente se esgotaria seu esquema: temos desde zonas supercapitalistas, como São Paulo e o Distrito Federal, até zonas acapitalistas, como certas partes do Mato Grosso e Amazonas. (SILVA, 1960, p. 10)

O Plano Salte, de 1947, representou a gradual introdução dos conceitos de planejamento no cotidiano dos formuladores de políticas econômicas brasileiras. As ideias de planejamento necessitavam ser defendidas, pois constantemente a ideia de “planificação” era relacionada aos países socialistas. Friedmann atentou para a diferença entre planejamento e controle, pois, segundo o economista, nem todo ato de controle é “planejado”. Planejamento,

por sua vez, significaria antevisão, enquanto os controles eram impostos irracionalmente, sem cogitação do futuro (FRIEDMANN, 1960). Segundo o economista, as culturas regionais se desenvolveram nos países que tinham regiões com deficiência de comunicações, fazendo com que cada lugar se desenvolvesse de modo mais ou menos independente dos demais, realizando suas próprias adaptações a um meio físico local. Friedmann se reportou também às contribuições dos sociólogos e antropólogos para essa questão; eles, por sua vez, afirmavam que os planos deveriam se adaptar aos gostos, valores e costumes do povo e que, se os planejadores pretendessem obter apoio do povo para o qual trabalhavam, deveriam planejar tendo vista as áreas que se distinguiam pela homogeneidade de suas características culturais e onde seriam mais fortes os sentimentos regionalistas (*idem*). Mesmo sendo um trecho longo, é válido expor as considerações de Friedmann acerca do “subdesenvolvimento” e “desenvolvimento”:

Ultimamente, está muito em moda falar nas áreas “subdesenvolvidas” do mundo, incluindo-se entre elas dois terços da população mundial. Não há muito, usavam-se outras palavras para descrever a economia dessas áreas: “atrasada”, “primitiva” etc. Pareciam bastante claros, nessa época, os padrões que se usavam para a avaliação de certo tipo de economia. Economia “civilizada” seria, por exemplo, a da Europa Ocidental, a dos Estados Unidos (...). Com a fundação, porém, das Nações Unidas, em 1945, termos como “civilizado” e “primitivo” tiveram de sair do uso corrente, cunhando-se a palavra “subdesenvolvido” para substituí-los. (...) Poderíamos dizer, por exemplo, que, de certo modo, são os Estados Unidos uma das maiores áreas subdesenvolvidas do mundo de hoje. De acordo com certos cálculos, pode aquele país sustentar uma população total de seiscentos milhões de habitantes, num nível de vida apenas ligeiramente inferior àquele mantido pela maioria dos americanos de nossos dias. Se isso é verdade, então os Estados Unidos ainda estão bem longe de constituir uma economia completamente desenvolvida. São infinitas as dificuldades de nossa terminologia. Por exemplo, que quer dizer, precisamente “subdesenvolvido”? (...) Sabemos que muitos países e regiões do mundo que consideramos subdesenvolvidos chegaram a um alto grau de perfeição em muitas formas de cultura (...). Nesse caso, como falar em subdesenvolvimento? E, no entanto, bastará a introdução da técnica moderna em uma dessas velhas culturas para destruir as formas antigas. (...) a industrialização acaba sendo “ocidentalização”. Voltamos, então, aos velhos pontos de vista de “primitivo” e “atrasado”. Se um país escolhe a industrialização, escolhe paralelamente a “ocidentalização”. E, segundo os padrões ocidentais, será por muito tempo ainda um país subdesenvolvido. (FRIEDMANN, 1960, p. 40)

O longo extrato acima indica que essas questões, longe de representarem uma novidade das pesquisas antropológicas contemporâneas, já eram tratadas de forma crítica nos anos 1950. Retomando o argumento do *post-development*, não é possível identificar nesta fonte história específica a proposição do

desenvolvimento como um discurso assimétrico que desconsidere totalmente as particularidades locais. O que os últimos substratos demonstram é que, se a intenção dos *policy-makers* esbarrava nas particularidades locais, forçavam o “discurso monolítico” do desenvolvimento a adaptar-se perante as situações.

### **Considerações finais**

Nosso objetivo foi expor as contribuições teóricas da chamada antropologia do desenvolvimento e de um de seus principais expoentes, Arturo Escobar. O mapeamento das colocações deste grupo de estudos, bem como os limites desta análise, teve o objetivo de construir novas possibilidades de estudo para o contexto do pós-guerra, no qual diversas inovações tecnológicas impulsionaram a criação de diversos programas de colaboração entre os países ricos e regiões periféricas, enquadradas neste período como “desenvolvidas” e “subdesenvolvidas”. O caso da Amazônia é um exemplo de como esse novo contexto e proposições teóricas “pós-desenvolvimentistas” devem ser compreendidas a partir de percursos históricos específicos, tendo em vista as apropriações locais dessas ideias, bem como suas inter-relações. Por fim, buscamos demonstrar que a compreensão do desenvolvimento como um conceito fechado no tempo limita a análise histórica desse período.

§

## Referências bibliográficas

- BASTOS, C. P.; BRITTO, G. Introdução. In: AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto — Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010.
- BENCHIMOL, S. *O complexo da Amazônia — Análise do processo de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1976.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro — O ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BRITO, D. C. *A modernização da superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia*. Tese (Doutorado) — Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, Pará, 1999.
- CARDOSO, F. H. Aspectos políticos do planejamento. In: LAFER, B. M. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.
- COLISTETE, R. P. A força das ideias: a Cepal e o industrialismo no Brasil no início dos anos 50. In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Edusp—Editora Hucitec, 2002.
- COOPER, F.; PACKARD, R. History and politics of development knowledge. In: EDELMAN, M.; HAUGUERUD, A. *The anthropology of development and globalization: From classical political economy to contemporary neoliberalism*. Oxford: Blackweel Publishing, 2005.
- COSTA, S. V. Por rios amazônicos: conversas epistolares com Nunes Pereira. In: BASTOS, E. R.; PINTO, R. F. (Orgs.). *Vozes da Amazônia — Investigação sobre o pensamento social brasileiro*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.
- CUETO, M. International health, the early Cold War and Latin America. In: *Canadian Bulletin of Medical History*, vol. 25, pag. 1, 2008.
- ESCOBAR, A. Anthropology and development. In: *International Social Science Journal*, n. 154, 1997.
- \_\_\_\_\_. *La invención del tercer mundo: Construcción e desconstrucción del desarrollo*. [S.I.]: Grupo Editorial Norma, 1998.
- \_\_\_\_\_. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, D. (coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciências Económicas y Sociales, Universidade Central de Venezuela, 2005.
- GOW, D. *Anthropology and development: Evil twin or moral narrative?*. *Human organization*, vol. 61, n. 4, 2002.
- GRILLO, R. D. Discourses of development: The view from anthropology. In: GRILLO, R.D.; STIRRAT, R.L. (Eds.) *Discourses of development: Anthropological perspectives (Explorations in anthropology)*. [S.I.]: Berg Publishers, 1997.
- HOBSBAWM, E. *A era dos extremos — O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.
- JUDI, T. *Pós-Guerra — Uma História da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- KUZNETS, S. Os países subdesenvolvidos e a fase pré-industrial nos países avançados: uma tentativa de comparação. In: AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto — Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010.
- LAFER, B. M. Introdução. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.
- LEHMAN, D. An opportunity lost: Escobar’s deconstruction of development. In: *Journal of Development Studies*, vol. 33, n. 4, April, 1997.
- LLEYS, C. The rise and fall of development theory. In: EDELMAN, M.; HAUGUERUD, A. *The anthropology of development and globalization: From classical political economy to contemporary neoliberalism*. Oxford: Blackweel Publishing, 2005.
- LOVE, J. L. *A construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998.
- MAGALHÃES, R. C. S.. *Desenvolvimento, ciência e política: o caso do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (1946-1951)*. Dissertação (Mestrado) — PPGHCS – COC/Fiocruz, 2006.
- MENDONÇA, S. R. *Estado e economia no Brasil: Opções de desenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- PEET, R. *Theories of development*. New York: The Guilford Press, 1999.
- PADARÓS, E. S. Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social. In: REIS FILHO, D. A. et al. *O século XX — O tempo das crises — revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.
- REIS, A. C. *Fundamentos, história, estrutura e funcionamento da SPVEA*. Curso de Planejamento Regional, Série: Conferências, Ebp/FGV, 1955.
- RIST, G. *The history of development — from western origins to global faith*. Zed Books: London, 2002.
- RÖPKE, W. *Os países subdesenvolvidos*. São Paulo: Editora Saraiva, 1963.
- SACHS, W. Introduction. In: SACHS, W. (Ed.). *The development dictionary — A guide to knowledge as power*. New York: Zed Books, 1999.
- SILVA, B. A vez do planejamento – Introdução à versão brasileira. In: FRIEDMANN, J. R. P. *Introdução ao planejamento regional (com referência especial à região Amazônica)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1960.
- TRUMAN, H. S. *Inaugural adress — 20/01/1949*. Disponível em <http://www.bartleby.com/124/pres53.html>. Último acesso em: 12/05/2015, 13h30.
- VINER, J. A economia do desenvolvimento. In: AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto — Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010.

Recebido em 28/05/2015

e aceito em 25/06/2015.